



Transparência e Controle Social

Pela eficiência e qualidade na aplicação
dos recursos públicos



Corrupção

Estimativa de prejuízo

Perda anual da economia brasileira com a corrupção:

- 2,3 % do PIB (R\$ 100 bilhões) estimativa da FIESP
- R\$ 20 bilhões somente com as licitações viciadas (combinação, cartel, fraude) [dados da Secretaria de Direito Econômico, em 2007]
- 25% de desvios dos recursos federais repassados aos municípios/prefeituras (cerca de R\$ 120 bilhões) [estimativa dos órgãos de fiscalização]
- O Banco Mundial estima a perda anual, no mundo, só com suborno e propina, em 1 trilhão de dólares.

Corrupção

Estimativa de prejuízo

↓ em 10% no nível de corrupção = ↑ 50% a renda per capita em 25 anos [dados da FGV].

Evitar o prejuízo anual com a corrupção → R\$ 500,00 anuais para cada brasileiro.

Sem corrupção, o Brasil duplicaria o orçamento federal da educação e da saúde.

Corrupção

Ranking da confiança

Pesquisa da FGV (2012)

1. Forças Armadas 72%
2. Igreja Católica 58%
3. Ministério Público 51%
4. Grandes empresas 46%
5. Imprensa escrita 44%
6. Poder Judiciário 39%
7. Governo Federal 38%
8. Polícia 38%
9. Emissoras de TV 36%
10. Congresso Nacional 28%
11. Partidos políticos 8%



O "jeitinho brasileiro": a população brasileira também não aprendeu ainda a separar o público do privado.

Ibope (2006)

75% afirmaram que cometeriam atos de corrupção se tivessem oportunidade de fazê-lo

59% afirmaram que, se fossem autoridades, contratariam familiares ou amigos para cargos de confiança

43% disseram que aproveitariam viagens oficiais para lazer próprio e dos familiares.

Unicarioca (2015)

58% dos alunos já pediram para colocar nome em trabalho de grupo sem ter participado

68% já copiaram textos da internet para aposentar em trabalhos

59% assinaram lista de presença em nome de colega

69% já colaram em provas.

(fonte: palestra Dr. Fábio George)



“Não existe país com governo corrupto e população honesta.”

Leandro Karnal, historiador

**HINO NACIONAL
BRASILEIRO**

Introdução

**Espera o Brasil
Que todos cumprais
Com o vosso dever.
Eia avante, brasileiros,
Sempre avante!**

**Gravai o buril
Nos pátrios anais
Do vosso poder.
Eia avante, brasileiros,
Sempre avante!**

**Servir o Brasil sem esmorecer,
Com ânimo audaz cumprir o dever,
Na guerra e na paz,
À sombra da lei,
À brisa gentil
O lábaro erguei
Do belo Brasil.
Eia sus, oh sus!**

Corrupção Como prevenir???

**Por meio do controle social e
da educação para a cidadania!!!**

O trabalho dos Observatórios Sociais é uma opção
concreta e eficiente!



O que é um Observatório Social



Rede OSB de Controle Social

OSB

- Articula e coordena Rede de 110 cidades em 19 Estados

OSB

- Assegura disseminação da metodologia padronizada
- Oferece capacitação e suporte técnico

OSB

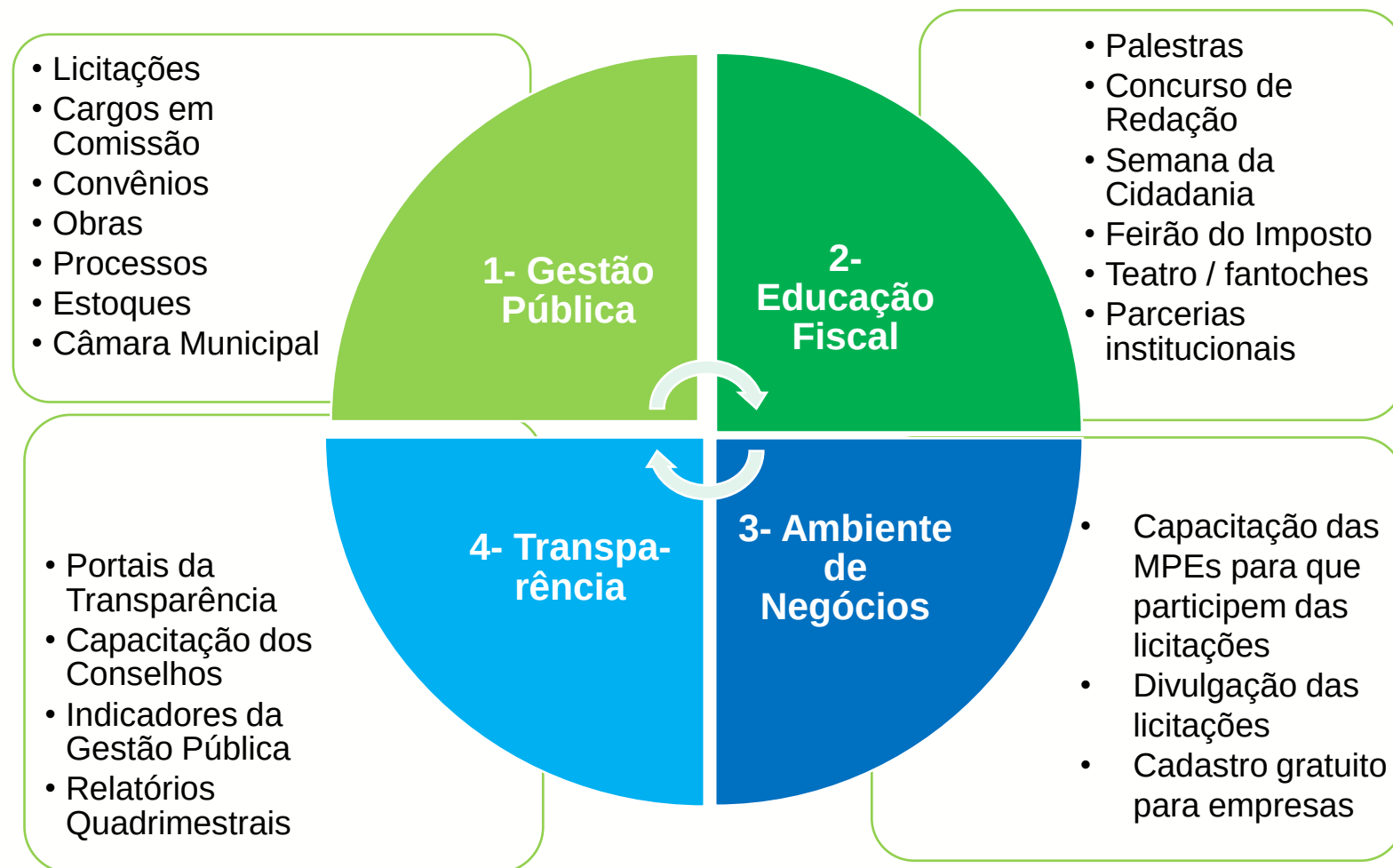
- Estabelece parcerias estaduais e nacionais



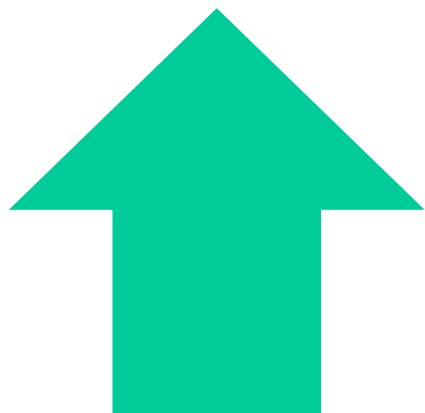
Rede OSB pelo Brasil (110)



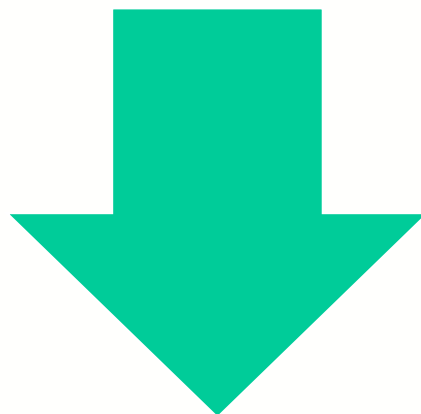
4 eixos de atuação da Rede OSB



Economia para os cofres municipais



Nos últimos 4 anos:



Mais de R\$
1,5 bilhão!



Metodologia de trabalho

Monitoramento das licitações



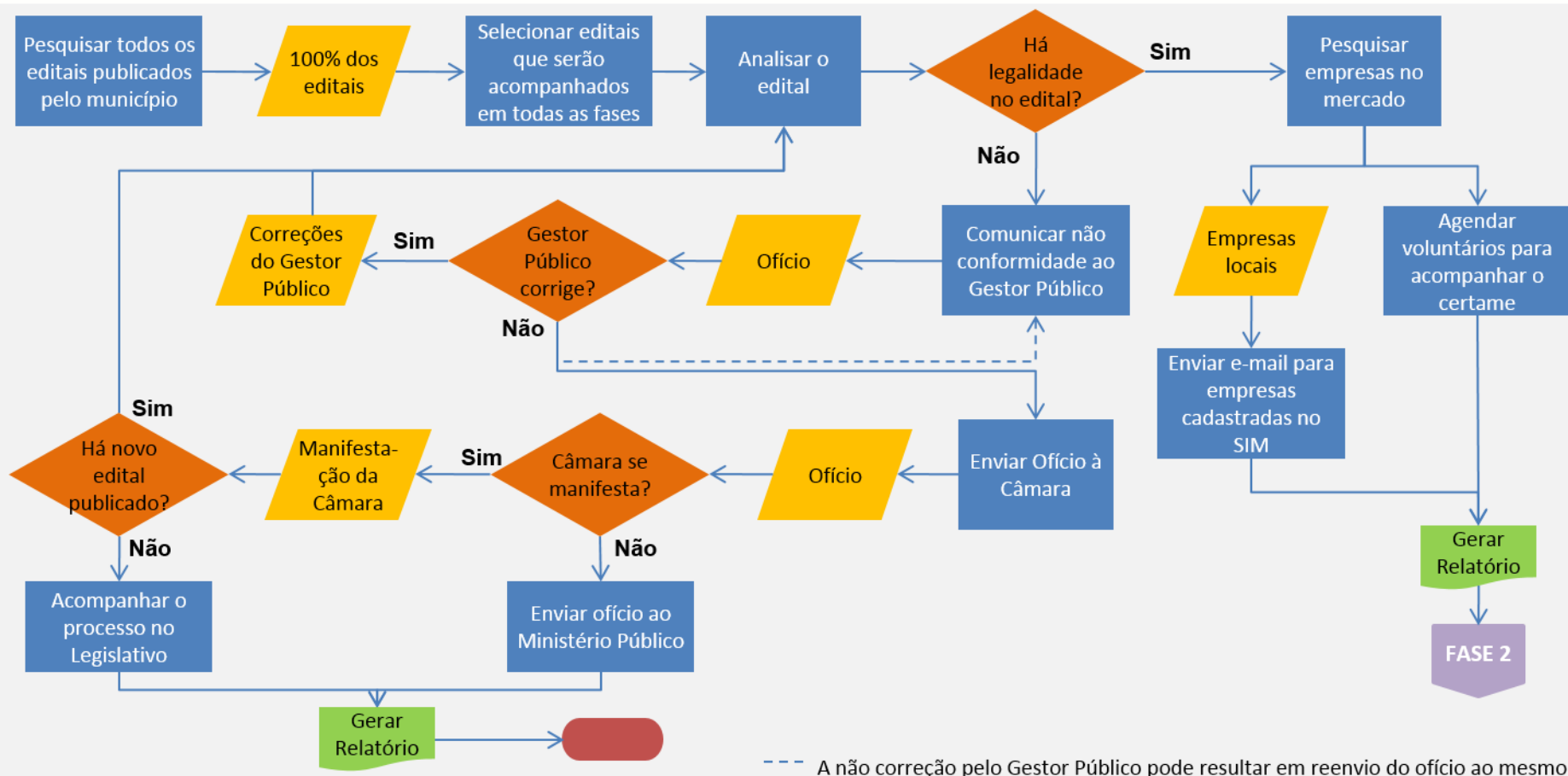
- Trabalho técnico dos OS, manualizado pela PwC

Análise do edital (ilustração dos procedimentos)

Manualizado pela PwC

FASE 1

ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DE EDITAIS



OS Paranaguá-PR:

RESUMO DO EDITAL Nº 002/2015

Objeto: aquisição de material de limpeza e higiene

Sacos de lixo: R\$ 7.399.878,06 / papel higiênico: R\$ 3.017.129,92

Total: R\$ 10.417.007,98

Justificativa: Houve engano ao multiplicar as quantidades.

Pregão cancelado!

CONQUISTAS:

- Criação da Secretaria de Compras e Abastecimento
- Projeto instalação do almoxarifado central
- Ampliação do portal de transparência

OS Lages-SC:

O mesmo produto, em 2014, custou R\$ 24,00 / em 2015 R\$ 7.084,00?

Um erro que poderia custar aos cofres públicos R\$ 367.120,00!

Aquisição de Materiais de Consumo para Pronto Atendimento Odontológico e Centro de Especialidades Odontológicas	ITEM	ESTIMATIVO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS	UND	QUANT	Valor Unitário Máximo R\$	Valor Total Máximo R\$
PP 10-2015	267	SELANTE INCOLOR FOTOPOLIMERIZÁVEL COM FLÚOR FRASCO C/ 10ML	FR	52	7.084,00	368.368,00
PP 34-2014	263	SELANTE INCOLOR FOTOPOLIMERIZÁVEL COM FLÚOR FRASCO C/ 10ML	FR	52	24,00	1.248,00

OS Campos Gerais/Ponta Grossa-PR:

Prefeitura pretendia pagar R\$ 20 mil num carrinho de limpeza que custava R\$ 418,00 – **economia de quase R\$ 2 milhões num único item!**



Carrinhos de Limpeza

Valor no edital R\$ 20.036,10

Valor homologado R\$ 418,00

<http://www.pontagrossa.pr.gov.br/files/diario-oficial/2014-11-07-ed1396.pdf>

CONQUISTAS:

- Agenda de diálogo com as secretarias para acompanhamento de entregas
- Agenda de diálogo com depto. compras e secretaria de controle interno
- Capacitação de servidores com a função de fiscal de contrato
- Audiência pública conjunta para planejamento das melhorias na gestão

OS Picos-PI:

Edital de merenda escolar

Pregão presencial 050/2014 / Valor total: R\$ 6.183.555,00

Problema encontrado: sobrepreço no valor de muitos itens do edital, além de produtos como **perfume, esmalte de unha e creme de barbear**.

Diferença de R\$ 198 mil somente em 2 itens do edital

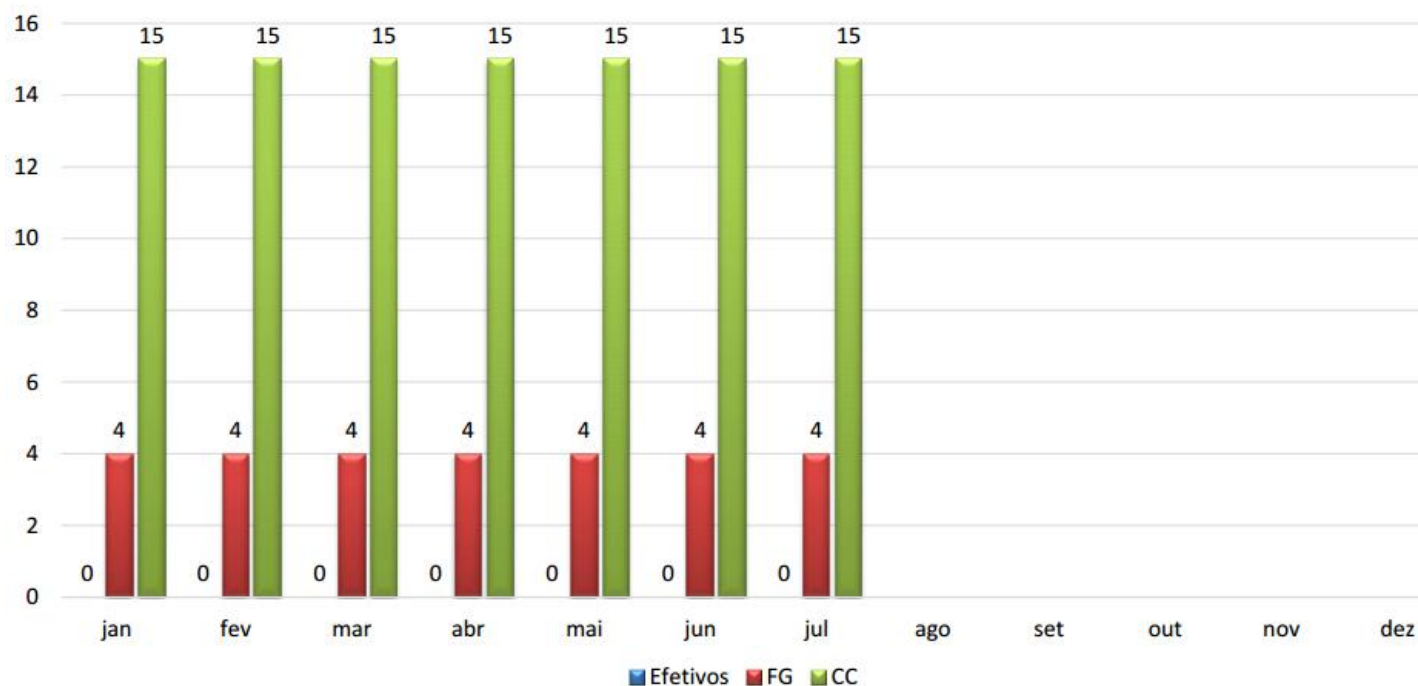
LOTE IV - IOGURTE - exemplo de sobrepreço										
item	DESCRIÇÃO	UNI	QNT.	VLR.UNIT	MERC. LOCAL	Variação %	Sobre-preço	Valor Total Merc. Local	Valor Proposto no edital	Diferença a maior
1	iogurte sabores diversos, mínimo 115g	UNI	60.000	R\$ 1,60	R\$ 0,60	166,67 %	R\$ 1,00	R\$ 36.000,00	R\$ 96.000,00	R\$ 60.000,00
2	iogurte sabores diversos mínimo 1000 g	UNI	60.000	R\$ 4,80	R\$ 2,50	92,00%	R\$ 2,30	R\$ 150.000,00	R\$ 288.000,00	R\$ 138.000,00
TOTAL GERAL:.....R\$ 384.000,00										R\$ 198.000,00

Porto Alegre-RS: relatório 2º quadrimestre 2016

Secretaria da Copa, extinta, com 19 pessoas na folha de pagamento



SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DA COPA (SECOA)



Extinta através do Decreto 18.800/2015, no entanto até a presente data estão sendo pagos CCs e FGs.

FONTE: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/transparencia/default.php?reg=10&p_secao=9#



OS Rondonópolis-MT:

Significativa redução do nº de diárias

DIÁRIAS LEGISLATIVO	
ANO	Média Mensal
2010	5.033,33
2011	3.608,33
2012	4.133,33
2013 (início monitoramento)	1.433,33
2014	1.854,17

CONQUISTA:

- Regimento interno incluiu divulgação das razões e resultados das viagens

A média de empresas nas licitações das prefeituras

Onde **não** tem OS:
3 empresas!

Onde **tem** OS:
9 empresas!

- Por isso a importância de:
 - divulgação dos editais para o maior nº de empresas pelo SIM
 - site Agenda de Licitações <http://licitacoes.osbrasil.org.br/>
 - capacitação das empresas para participação nas licitações



Novas parcerias que beneficiam
todos os Observatórios Sociais



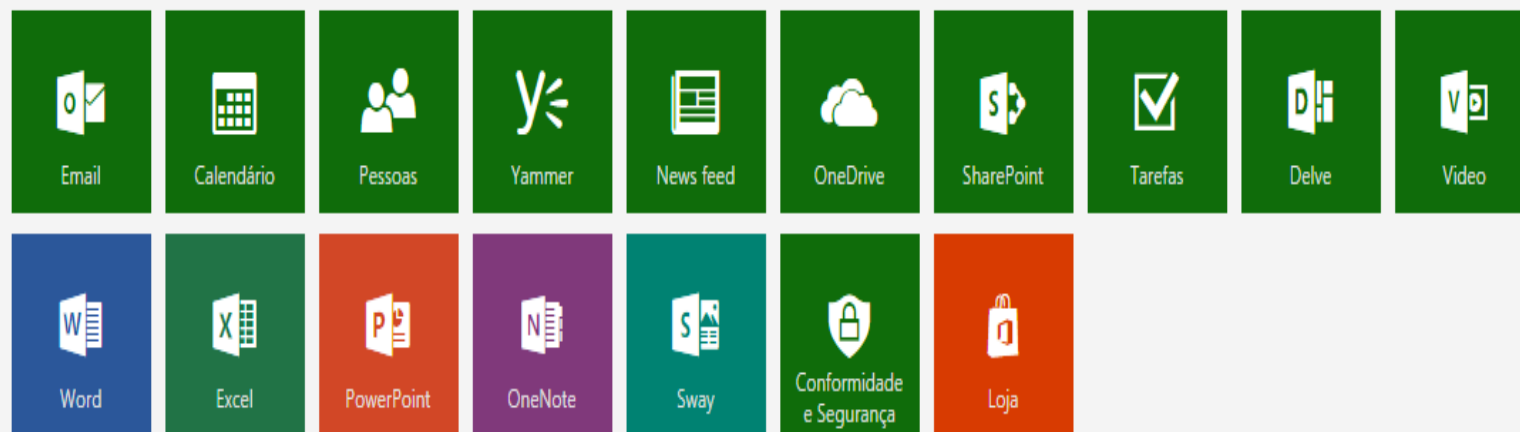
Concessão do pacote Office 365 da Microsoft

Bom dia

Pesquisar documentos online

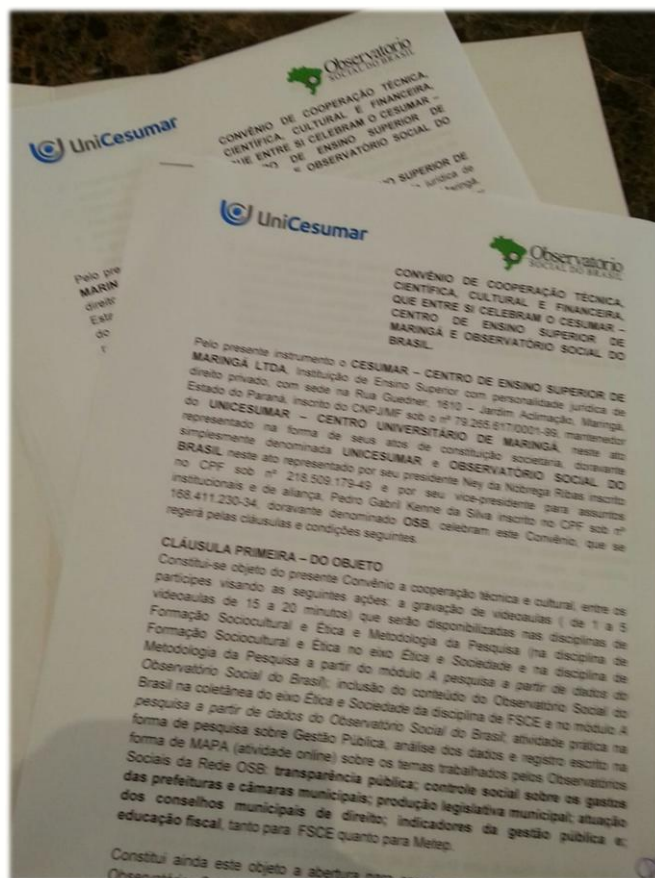


Usar os aplicativos online



Comentários







Observatório
SOCIAL DO BRASIL



Unindo conselhos no mesmo propósito.

19 | outubro | 2016
Assinatura do termo
de cooperação entre
as entidades



Repercussão do trabalho dos mais de 3 mil voluntários na grande mídia nacional



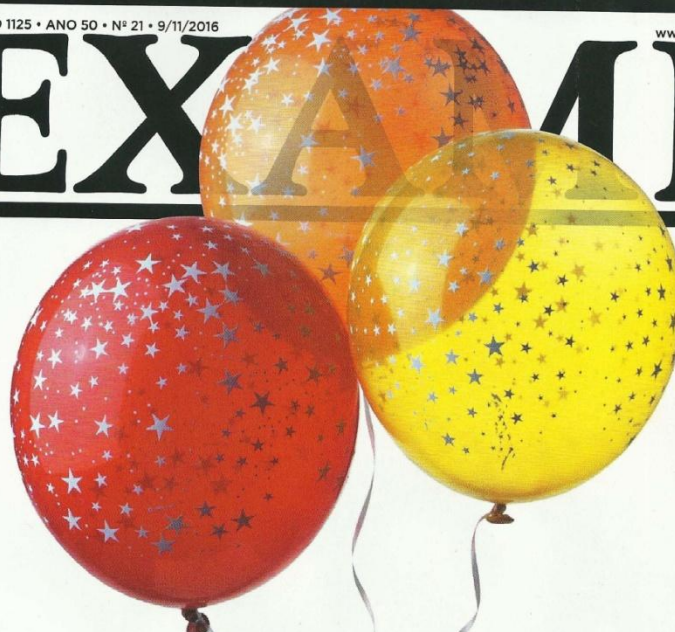
NEGÓCIOS • Por que a Natura,
de novo, trocou de presidente

BOA NOTÍCIA • As armas do cidadão para
controlar o uso do dinheiro pelos governantes

EDIÇÃO 1125 • ANO 50 • Nº 21 • 9/11/2016

www.exame.com

EXAME



BOLSA

OS BONS TEMPOS VOLTARAM?

A Bovespa vive sua maior euforia desde 2009.
Dezoito empresas dobraram de valor só neste ano.
Saiba como ganhar dinheiro no mercado



BRASIL | gestão pública

O EFEITO LAVA-JATO

O combate a escândalos de corrupção e a rombos em orçamentos Brasil afora estão abrindo espaço para grupos de voluntários, como o Observatório Social, cobrarem o bom uso do dinheiro público | **LEO BRANCO**

EM PARANAGUÁ, CIDADE DE 133 000 HABITANTES localizada no litoral paranaense, uma licitação chamou a atenção dos moradores em janeiro de 2015. A prefeitura pretendia gastar 10 milhões de reais, 2% do orçamento anual da cidade, na compra de 3,1 milhões de rolos de papel higiênico e outros itens para as repartições públicas. Se tudo isso fosse distribuído à população local, cada morador levaria 23 rolos de papel higiênico para casa. “Era um verdadeiro absurdo”, diz o contador Everaldo Bonselhor, morador de Paranaguá. O problema só foi identificado porque, três meses antes, 20 moradores da cidade, entre eles Bonselhor, haviam criado uma unidade do Observatório Social, rede de organizações civis que unem voluntários para vasculhar documentos das prefeituras e das Câmaras Municipais à caça de casos de mau uso dos recursos públicos. No caso da licitação exagerada, o grupo entrou em contato com a prefeitura, expôs o absurdo e pediu a anulação da compra. A reivindicação, porém, foi ignorada. O

jeito foi os voluntários buscarem apoio do Ministério Público do Paraná, que exigiu o cancelamento do certame. Após quatro meses e a convocação de dois novos editais, a prefeitura finalmente voltou atrás, gastando 15% do valor original numa compra mais modesta: 365 000 rolos de papel. Mas o grupo do Observatório Social não parou aí. Com seus alertas, a prefeitura já economizou 65 milhões de reais em 166 licitações. Entre elas está uma que determinava a compra de 32 000 sacos de cimento, cinco vezes o consumo de uma cidade do porte de Paranaguá. O caso resultou numa investigação que apreendeu bens de 12 servidores públicos suspeitos de fraudes na licitação.

Grupos de caçadores de desperdício de dinheiro público, como o de Paranaguá, estão se multiplicando Brasil afora. Criado há dez anos por cidadãos da também paranaense Maringá, o Observatório Social vem ganhando ares nacionais. Até o fim do ano, 140 cidades de 19 estados deverão integrar a rede. Na capital paulista, por exemplo, um grupo foi criado há sete meses. “Temos

interessados em fiscalizar outras 200 prefeituras”, diz Roni Enara Rodrigues, secretária executiva do Observatório Social. O avanço tem relação com a sensação comum a muitos brasileiros de que a corrupção é um problema crônico no país. Em 2015, o Brasil desceu sete posições num ranking internacional de corrupção, a maior queda entre 167 nações — agora ocupamos a 76ª posição. O tombo coincide com o período em que a Operação Lava-Jato ganhou proporção inédita, com prisões em série de empresários e políticos. A força-tarefa causou comoção nacional ao revelar desvios bilionários dos cofres da Petrobras que quase levaram a



PAULISTA/ALBERTO



MORADORES DE PARANAGUÁ (PR): o olhar atento a desvios na prefeitura evitou o gasto de 65 milhões de reais

Sete em cada dez prefeituras devem fechar o ano com as contas no vermelho. O combate à corrupção pode dar eficiência ao gasto público

estatal à lona, e também começou a dar segurança para muita gente denunciar malfeitos. Para quem tem por ofício o combate à corrupção, os aliados são bem-vindos. “A capilaridade dos observatórios permite que a fiscalização no emprego de recursos públicos se espalhe por toda a estrutura do governo,

mesmo onde a fiscalização do Estado não chega”, afirma o procurador Del-tan Dallagnol, coordenador da força-tarefa da Lava-Jato.

A situação caótica das contas públicas também é um incentivo à iniciativa. Enquanto o Congresso discute um teto para os gastos públicos federais, 77%

das prefeituras devem encerrar 2016 com as contas no vermelho, de acordo com estimativa recente da Confederação Nacional dos Municípios. A fiscalização atenta da sociedade reduz o risco de desperdício de dinheiro. Em dez anos, 2 bilhões de reais deixaram de ser gastos por causa de atuação do Observatório Social — 75% dessa economia se deu nos últimos três anos. São casos como o de Teresópolis, na região serrana fluminense, onde no início de 2016 os 12 vereadores devolveram 1,3 milhão de reais aos cofres públicos. O motivo? Boa parte dos recursos, originalmente destinados a gastos com viagens e alimentação dos vereadores, havia sido paga a empresas fantasmas. Em Picos, no Piauí, os voluntários descobriram que um lote de remédios anestésicos utilizados em cirurgias de alta complexidade estava numa lista de compras da prefeitura. Detalhe: a prefeitura local não administra hospitais com centros cirúrgicos. A licitação original, de 12 milhões de reais, acabou saindo pela metade do preço com a retirada dos itens sem clara serventia.

SEM POLÍTICOS

A fiscalização dos voluntários é feita com a leitura de diários oficiais e em pedidos de informação ao poder público. Os mais de 3 000 voluntários cadastrados atualmente na rede seguem um protocolo de monitoramento criado pela consultoria de gestão PwC. Quando surge um possível desvio, um ofício deve ser encaminhado ao órgão responsável. Se não houver resposta, o Ministério Público é chamado. Uma denúncia à imprensa é o último recurso. Isso acontece quando a irregularidade é tão grave que a promotoria normalmente assume os holofotes. “Não queremos alimentar disputas políticas, mas ajudar o gestor público a fazer a coisa certa”, diz o fundador da rede de ONGs, o empresário paranaense Eduardo Araújo. Por esse motivo, filiais de partidos políticos não podem abrir uma unidade do Observatório, que geralmente reúne empresários, profissionais liberais e servidores públicos. As despesas de cada unidade por



Baixe o aplicativo gratuito Blippar e ouça a reportagem (saiba mais na pág. 12)



mês giram em torno de 7 000 reais em aluguel, telefone e computadores e são financiadas por doações de entidades de classe e dos próprios voluntários. Periodicamente, há prestação de contas à sociedade e à direção da ONG, em Curitiba — uma necessidade para manter o grupo cadastrado.

A ideia de cidadãos organizados para fiscalizar os gastos públicos não é novidade. Em 1932, no auge da depressão na economia americana, moradores de Nova York criaram a Citizens Budget Commission para cobrar o bom uso de recursos públicos. Recentemente, o grupo percebeu que 8 bilhões de dólares estavam sendo direcionados para promover o desenvolvimento econômico da região, mas sem a transparência e o retorno esperados. Os estudos servem de alerta à população e dão noção de para onde está indo o dinheiro dos impostos. A realidade brasileira, no entanto, impõe desafios para uma fiscalização mais profunda. É comum o gestor público alegar perseguição política e contra-atacar, afastando colaboradores que indicam irregularidades. Falta uma legislação para proteger o denunciante. Mas o vácuo está prestes a desaparecer. O projeto de lei da campanha 10 Medidas Contra a Corrupção, do Ministério Público Federal, que deve ser votado em dezembro numa comissão especial do Congresso, prevê benefícios como anonimato e pagamento de parte do valor desviado a quem denuncia um ato ilícito, a título de recompensa. A inspiração vem dos Estados Unidos, onde a Justiça premia o denunciante com até 30% da quantia surrupiada. Além disso, a lei brasileira que obriga a transparência aos dados públicos, de 2012, é recente para padrões internacionais — no México, lei semelhante está em vigor há 15 anos e, na Suécia, há pelo menos um século. “Só agora os gestores públicos acordaram para o dever de organizar a informação de forma sistemática para fornecer ao cidadão”, diz o economista Bruno Brandão, representante da Transparência Internacional no Brasil. “Romper a cultura leva tempo.” Os primeiros passos já foram dados. ■

OS FISCALIS DAS CONTAS PÚBLICAS

O Observatório Social é uma organização que reúne 3 000 voluntários para monitorar a forma como prefeitos e vereadores gastam os recursos públicos

COMO FUNCIONA



Os voluntários seguem um protocolo criado com o apoio da consultoria PwC. Filiados políticos não podem participar. **A fiscalização é feita por meio de Diários Oficiais e pedidos de dados ao poder público** com base na Lei da Transparência

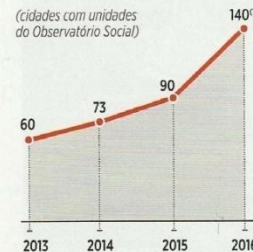
COMO O PODER PÚBLICO É ACIONADO



Ao deparar com desvios, o voluntário encaminha um ofício à prefeitura. **Se não houver resposta, o Ministério Público é chamado.** Uma denúncia à imprensa é o último recurso. A maior parte do trabalho é feita anonimamente

Fundado há dez anos em Maringá (PR), desde 2013 o Observatório Social duplicou a abrangência e triplicou o volume de recursos economizados

(cidades com unidades do Observatório Social)



200 cidades estão na fila de espera para a abertura de um observatório, como Rio de Janeiro, Teresina e Boa Vista

(recursos que deixaram de ser gastos indevidamente pelas prefeituras, em reais)



As cidades onde a atuação dos voluntários já fez a diferença

BLUMENAU (SC)

O PROBLEMA: as secretarias municipais tinham estoques próprios, o que abria espaço para compras repetidas

O DESFECHO: o grupo local assessorou a prefeitura no projeto de um armazém centralizado que diminuiu 800 000 reais as despesas anuais com insumos

PARANAGUÁ (PR)

O PROBLEMA: em 2015, a prefeitura da cidade previa gastar 10 milhões de reais em papel higiênico e sacos de lixo

O DESFECHO: os voluntários pediram a impugnação da licitação. Dois novos certames, mais modestos, custaram 1,6 milhão de reais aos cofres municipais

PICOS (PI)

O PROBLEMA: medicamentos utilizados em cirurgias estavam sendo licitados pela prefeitura, que não administra hospitais

O DESFECHO: o edital original, de 12 milhões de reais, foi cancelado; e uma nova licitação, sem os itens sem clara serventia, custou a pela metade do preço

TERESÓPOLIS (RJ)

O PROBLEMA: desde 2014, a Câmara Municipal usou 800 000 reais em reembolsos a vereadores. Boa parte das notas vinha de empresas fantasmas

O DESFECHO: em 2016, após pressão do grupo e de promotores, o direito foi cancelado; e os recursos, devolvidos

(1) Expectativa para dezembro de 2016 Fonte: Observatório Social



Sobre a Rede OSB

- Sede em Curitiba
- Articulação da Rede, com certificação para o trabalho padronizado
- Equipe técnica para suporte ao trabalho dos OS
- Programa de capacitação para os observadores
(cooperação com TCE PR e RS, TCU, CGU, MPE e APAJUFE)
- Alianças estratégicas em nível nacional para apoio aos OS nos seus Estados (CFC, OAB, Sindifisco, Fenafisco, ANABB)



Carta de Identidade dos OS

- 1. Garantir, em qualquer nível organizacional, a associação de pessoas idôneas, sem vinculação partidária ou subordinação a órgão observado.**
- 2. Fundamentar o alicerce institucional a partir da mais ampla diversidade representativa da sociedade civil organizada.**
3. Estimular o trabalho voluntário no controle social e pela cidadania fiscal.
4. Respeitar as diretrizes estabelecidas pelo Observatório Social do Brasil, fundamentado na padronização dos trabalhos.
5. Primar pela sustentabilidade ética, sem vínculo com recursos de órgão fiscalizado ou de fonte inidônea.
6. Garantir a adequação dos Estatutos Sociais ao do Observatório Social do Brasil.
7. Submeter-se ao Conselho de Ética instituído pelo Observatório Social do Brasil.
8. Primar pela qualidade da aplicação dos recursos públicos e estimular a cidadania fiscal, focado no interesse social.
9. Divulgar, pública e periodicamente, os relatórios de atividades e prestação de contas, aprovadas pela diretoria.
10. Manter uma postura imparcial e impessoal, focada na avaliação construtiva de processos e resultados.





Newsletter

Faça Parte

Webmail

Acesso Franqueados



Institucional ▾

Rede OSB ▾

Biblioteca ▾

Comunicação ▾

Indicadores

Licitações ▾

Contato

pesquisar no site



6º Enos reúne mais de 350 pessoas em Brasília para debater gestão pública

Entre os destaques a criação de um Sistema de Franquia Social para aprimorar a padronização da Rede OSB e o lançamento da TV OSB

LEIA MAIS



Observatórios
Pelo Brasil

MANTENEDORES



Observatório Social de Teresópolis se apresenta no UNIFESO

Os conselheiros fazem



OS premia aluna de Mandaguari em concurso de redação e projetos

Bruna de Castro, do Colégio José

Apresentação OSCpptx

comprovante (2).pdf

cartão-jornalista.png

OSB Orientações - s....doc

OSB Orientações - o....doc

Mostrar todos os downloads...



Mantenedores



Patrocínio Projeto IGPs



Signatário



Apoiadores



Cultura da corrupção

Como mudar

Eu sou!



**ÁREA LIVRE
DE CORRUPÇÃO**

PACTO PELO BRASIL

**Qual a sua
contribuição?**



Obrigado!

secretaria@osbrasil.org.br

41 3307-7058

